



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 1 de 32

ANEXO I

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 06 / 2019

OBJETO	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução integrada que contemple a subscrição de licenças governamentais da plataforma de programas <i>Adobe Creative Cloud</i> e <i>Acrobat Pro DC</i> , por 36 (trinta e seis) meses, envolvendo um conjunto completo de aplicativos, serviços, ferramentas e recursos.
PROCESSO	6.300/2019
ESTIMATIVA	R\$ 73.394,99
REGIME	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
TIPO	MENOR PREÇO (POR LOTE)

RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA:

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO: Oswaldo Junqueira Vaz Junior Darlan Lima Carneiro	TELEFONE: (61) 3314-2870 EMAIL: spc@tc.df.gov.br
EQUIPE TÉCNICA: Sérgio Ricardo Brazão João Guilherme Granja e Reis	TELEFONES: (61) 3314-2963 EMAIL: sbrazao@tc.df.gov.br joaoguilherme@tc.df.gov.br

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 2 de 32

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para **prestação de serviço de** solução integrada que contemple a subscrição de licenças governamentais da plataforma de programas *Adobe Creative Cloud e Acrobat Pro DC*, por 36 (trinta e seis) meses, envolvendo um conjunto completo de aplicativos, serviços, ferramentas e recursos, **conforme especificações**.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Disponibilização, para diversos setores do TCDF, de aplicativos da plataforma *Adobe Creative Cloud e Acrobat Pro DC*, contemplando desde aqueles essenciais, móveis e de desktop; até ferramentas inovadoras disponíveis; a fim de permitir maior suporte às atividades de edição de informações tratadas pelos respectivos setores demandantes.

2.2. MOTIVAÇÃO

2.2.1. Razões de Direito

2.2.1.1. Nos termos do art. 27, incisos IX e X, do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução TCDF nº 273/2014, compete à **Secretaria** de Tecnologia da Informação (STI), respectivamente:

2.2.1.1.1. Planejar a aquisição, contratação ou locação de recursos de Tecnologia da Informação de que o Tribunal necessite; e

2.2.1.1.2. Zelar pela segurança e integridade dos sistemas, dados e informações constantes em bases de dados corporativas.

2.2.1.2. Já o art. 13 do Regulamento dos Serviços Auxiliares indica que compete à Escola de Contas Públicas (ESCON) elaborar planos institucionais; materiais didáticos e de apoio, em articulação com os instrutores, palestrantes e professores;

2.2.1.3. O art. 46 do mesmo Regulamento, determina que compete à Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública (SEMAG) realizar as atividades necessárias à consecução dos Planos Estratégico e Geral de Ação. Esse objetivo é alcançado por meio da produção dos Sumários Executivos de Auditoria, os quais visam dar cumprimento ao Plano Estratégico do TCDF;



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 3 de 32

2.2.1.4. Ainda de acordo com o Regulamento dos Serviços Auxiliares, no art. 25, compete à Assessoria de Comunicação Institucional (ASCON): IV – produzir e fazer distribuir, periodicamente, para os diversos veículos de comunicação, noticiário a respeito das atividades desenvolvidas pelo Tribunal; VIII – editar e produzir informativos e publicações institucionais periódicas com vistas à divulgação das realizações do Tribunal; X – produzir e disponibilizar o clipping diário de notícias pela página do Tribunal na Internet; XI – atualizar a página do Tribunal na Internet com informes, comunicados e notícias oficiais;

2.2.1.5. Enfim, nos termos do art. 77, inciso X, do referido Regulamento, incumbem aos ocupantes de cargos de natureza especial, de cargos em comissão e de funções de confiança de direção, chefia e supervisão, as atribuições de explicitar a necessidade, a motivação, os resultados a serem alcançados, a especificação técnica, as quantidades e o orçamento de contratação de bens e serviços pertinentes a sua área de atuação.

2.2.2. Razões de Fato

2.2.2.1. Atualmente, o TCDF possui 4 (quatro) licenças antigas da plataforma *Adobe CS 6* e mais 4 (quatro) subscrições da suíte *Adobe Creative Cloud*. Essas ferramentas encontram-se em disponibilidade para os servidores da SEMAG, e da ESCON por meio da Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas (COOSEP).

2.2.2.2. Na ESCON, estão sendo utilizadas 1 (uma) licença do *Adobe CS 6* e 2 (duas) do pacote de softwares *Adobe Creative Cloud*, nas atividades de elaboração dos materiais didáticos e de orientação, que são fornecidos nos cursos ofertados. São exemplos de materiais produzidos com o uso dessas ferramentas os folders, as cartilhas, apostilas, interfaces de sítios da internet, animações gráficas, banners, edições de vídeos e outras produções do sistema de identidade visual da Escola que objetivam a divulgação de suas ações.

2.2.2.3. A SEMAG utiliza 1 (uma) subscrição do pacote de softwares *Adobe Creative Cloud* para a elaboração dos Sumários Executivos de Auditoria; publicação de enorme importância para o fomento do controle social e divulgação das ações do TCDF. Vale ressaltar que essa publicação é construída em linguagem acessível, enriquecida com imagens, gráficos e outros elementos de identidade visual, cuja



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 4 de 32

elaboração utiliza as funcionalidades disponibilizadas pela suíte Adobe Creative Cloud. Ademais, o software é utilizado também para a preparação da apresentação veiculada nas Sessões Especiais de apreciação do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre Contas Anuais do Governo.

2.2.2.4. Por sua vez, a Divisão de Contas do Governo – DICOG, atualmente, faz uso de 1 (uma) licença de subscrição da suíte *Adobe Creative Cloud* para subsidiar os trabalhos de deliberação do parecer prévio e relatório analítico relativos às contas anuais prestadas pelo Governador (RITCDF, art. 13, I, a), que normalmente ocorre em junho de cada ano, sendo que o servidor da DICOG responsável por subsidiar os trabalhos inicia essas atividades no mês de abril, de modo que revela-se de absoluta prioridade a presente contratação.

2.2.2.5. A Assessoria de Comunicação – ASCOM, atualmente, possui uma licença antiga do adobe, o que vem causando dificuldades e limitações para o cumprimento de suas atividades, que englobam: produção de conteúdo para Internet e Intranet; produção de conteúdo para os perfis das redes sociais; diagramação de relatórios; edição de fotos e vídeos; dentre outras. Nesse sentido, a presente contratação prevê a contemplação de uma subscrição para o suprimento das necessidades da ASCOM.

2.2.2.6. Assim, o atual cenário relativo à distribuição das licenças de subscrição é o seguinte: 2 (duas) licenças na Escola de Contas; 1 (uma) licença na SEMAG; e 1 (uma) licença na DICOG. No entanto, na presente contratação, deve ser observada a previsão de aquisição adicional de 1 (uma) licença para a STI com vistas ao atendimento das atividades relacionadas ao desenvolvimento de artes gráficas para os sítios da Internet e da Intranet do TCDF. Deve ser observado, ainda, que 1 (uma) das 2 (duas) licenças da suíte *Adobe Creative Cloud* da Escola de Contas será redistribuída para a ASCOM, trazendo, assim, um novo cenário, pós contratação, que se apresenta da seguinte forma:

- 2.2.2.6.1. Escola de Contas (ESCON): 1 (uma) licença;
- 2.2.2.6.2. Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública (SEMAG): 1 (uma) licença;
- 2.2.2.6.3. Divisão de Conta do Governo (DICOG): 1 (uma) licença;
- 2.2.2.6.4. Assessoria de Comunicação (ASCOM): 1 (uma) licença; e
- 2.2.2.6.5. Secretaria de Tecnologia da Informação (STI): 1 licença.

2.2.2.7. O ajuste firmado pelo TCDF para as 4 (quatro) subscrições Adobe Creative



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 5 de 32

Cloud (conforme **processo administrativo eletrônico nº 29881/2017**) tem vigência até o dia 22/03/2019, com possibilidade da renovação. Porém, tendo em vista que o contrato previu como índice de reajuste o IPCA, a CONTRATADA informou não ter interesse na renovação, uma vez que a ferramenta tem o seu custo baseado em dólar, o qual sofreu variação expressiva no período. Assim, existe a necessidade prioritária de proceder à contratação desses serviços com vistas a evitar a descontinuidade das atividades exercidas por aqueles setores do TCDF.

2.2.2.8. Dessa forma, considerando o final da vigência do atual contrato para uso das 4 (quatro) subscrições, bem como o fato de que as outras 4 (quatro) licenças da antiga suíte de programas de editoração eletrônica encontrarem-se desatualizadas e descontinuadas pelo fabricante; além das relevantes atividades desenvolvidas pelas unidades do TCDF que foram apontadas (ESCON, SEMAG, DICO, ASCOM e STI), restam claros os motivos desta contratação.

2.2.2.9. Acrescente-se ainda que, tendo em vista a solicitação do Serviço de Gestão de Documentos e Preservação da Memória Institucional – SEGEDOC, manifestada por meio do Memorando nº 15/2019 - SEGEDOC (e-DOC 6F166E81), em atendimento ao princípio da economicidade, foi incluído mais um item no objeto da presente contratação, correspondente à subscrição de 2 (duas) licenças apenas do aplicativo Adobe Acrobat Pro DC, para atendimento das necessidades daquele setor.

2.2.2.10. Dentre outras atribuições permanentes, também convergentes com atividades relacionadas ao tratamento de informações em documentos em quaisquer suportes, o SEGEDOC, recentemente, foi incumbido de realizar a digitalização dos processos físicos de interesse da Secretaria-Geral de Controle Externo – SECEX. Inicialmente, serão 1500 (um mil e quinhentos) processos a serem digitalizados, mas esse número pode aumentar. Dessa forma, a contratação da ferramenta proposta visa também certificar, já nesse contexto, a fidedignidade e a autenticidade das imagens dos documentos físicos que serão convertidos para o formato digital.

2.2.2.11. Dessa forma, dada a relevância os trabalhos efetuados por essas unidades do TCDF, conclui-se demonstrada a necessidade da referida aquisição, que deve se pautar pela escolha de uma solução que mantenha a compatibilidade do legado existente (Adobe CS 6) e propicie as novas funcionalidades já experimentadas (Adobe Creative Cloud).

2.2.2.12. Juntamente com o fornecimento da subscrição, deverão ser



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 6 de 32

disponibilizados o serviço de manutenção e o alojamento dos programas da suíte em nuvem, de modo que a única coisa necessária para acesso às ferramentas e suas funcionalidades seja o acesso à internet.

2.2.2.13. Por fim, é importante salientar que tendo em vista a forma proposta para o objeto da presente contratação, o fornecedor entrega as subscrições para uso; todavia, essas consubstanciam o chamado “Software as a Service (SaaS)”, correspondendo de fato a uma locação de software – prestação de serviço. Dessa forma, a subscrição representa uma ferramenta em constante evolução, que incorpora as últimas novidades de forma automática, sem ser necessário esperar que se desenvolva uma nova versão do programa, e incorporando-as sem ser preciso pagar por novas licenças de atualização, não incorrendo, assim, em obsolescência para a CONTRATANTE.

2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

2.3.1. Maior eficiência no tratamento de informações a serem divulgadas para o público interno e externo do Tribunal;

2.3.2. Aperfeiçoamento da comunicação dos diversos setores do TCDF com os seus agentes de interesses;

2.3.3. Aperfeiçoamento dos recursos visuais utilizados nos materiais didáticos e de apoio da Escola de Contas Públicas;

2.3.4. Maior agilidade na produção de páginas de divulgação das ações da ESCON, da ASCON e da STI;

2.3.5. Maior fidedignidade e autenticidade das imagens dos documentos de processos físicos convertidos para o formato digital, em suporte às atividades dos setores demandantes;

2.3.6. Melhoria na produção de publicações para o fomento do controle social.

2.4. DA JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.4.1. Tendo em vista a necessidade de atendimento aos princípios da padronização, da eficiência e da **continuidade dos serviços públicos**, foi proposta nova aquisição de aplicativos da plataforma **Adobe Creative Cloud** e **Adobe Acrobat Pro DC**, a fim de manter o aproveitamento da experiência, do conhecimento, das habilidades e dos padrões produtivos já desenvolvidos no ambiente de trabalho dos setores do TCDF que já vêm fazendo uso

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 7 de 32

dessas ferramentas.

2.4.2. A escolha de uma plataforma específica, a saber, a *Adobe Creative Cloud* Adobe e *Acrobat Pro DC*, encontra fundamento na legislação e na jurisprudência do TCU e do TCDF, como pode ser verificado no art. 15, I, da Lei nº 8.666/1993; no art. 14, I, do Decreto Distrital nº 36.520, de 2015; na Súmula TCU nº 270/2012; e na Decisão TCDF nº 2749/2014. O objetivo é a busca por padronização no ambiente de produção e consequentemente trazer maior eficiência para o processo de trabalho. Assim, para aquisição de produtos de informática, justificadamente, permite-se a indicação de marca/fabricante, objetivando o aproveitamento da curva de aprendizagem e o legado existente, mostrando-se como a opção mais vantajosa para a Administração.

2.4.3. Há de se considerar que as opções apresentadas para fazer frente à demanda apresentada buscam uma solução de software disponível no mercado com as funcionalidades dos aplicativos já estão em uso e instrumentalizados pelos servidores do TCDF, fruto de aquisições pretéritas para o alcance dos objetivos setoriais.

2.4.4. Assim, a manutenção desses aplicativos proporciona maior integração com as ferramentas em uso nos setores e facilita a gestão do ambiente, a atualização e distribuição de pacotes, minimizando custos na contratação.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. Contratação de serviço de subscrição de licenças de aplicativos da plataforma *Adobe*, por 36 (trinta e seis) meses, organizada em 1 (um) Lote com 2 (dois) Itens, de acordo com as descrições a seguir.

3.2. **DESCRIÇÃO DO ITEM 1 (SUÍTE DE APLICATIVOS):** Subscrição de 5 (cinco) licenças governamentais da suíte de aplicativos da plataforma *Adobe Creative Cloud*, completa, por 36 (trinta e seis) meses, contemplando todos os recursos disponíveis, serviços de implantação e manutenção, suporte técnico e atualização de versão, com as especificações, composição e demais serviços a seguir:

3.2.1. APLICATIVOS PARA DESKTOP:

- 3.2.1.1. Adobe Acrobat DC;
- 3.2.1.2. Adobe After Effects CC;
- 3.2.1.3. Adobe Animate CC;
- 3.2.1.4. Adobe Audition CC;

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 8 de 32

- 3.2.1.5.Adobe Bridge CC;
- 3.2.1.6.Adobe Character Animator CC;
- 3.2.1.7.Adobe Dimension CC;
- 3.2.1.8.Adobe Dreamweaver CC;
- 3.2.1.9.Adobe Fuse CC;
- 3.2.1.10. Adobe Illustrator;
- 3.2.1.11. Adobe InCopy CC;
- 3.2.1.12. Adobe InDesign CC;
- 3.2.1.13. Adobe Lightroom CC;
- 3.2.1.14. Adobe Lightroom Classic;
- 3.2.1.15. Adobe Media Encoder CC;
- 3.2.1.16. Adobe Muse CC;
- 3.2.1.17. Adobe Photoshop CC;
- 3.2.1.18. Adobe Prelude CC;
- 3.2.1.19. Adobe Premiere Pro CC;
- 3.2.1.20. Adobe Spark CC;
- 3.2.1.21. Adobe Story Plus CC;
- 3.2.1.22. Adobe XD.

3.2.2. APLICATIVO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS:

- 3.2.2.1.Adobe Capture CC;
- 3.2.2.2.Aplicativos de fotografia: Adobe Lightroom para dispositivos móveis, Photoshop Mix e Photoshop Fix; Aplicativos de design: Adobe Illustrator Draw, Photoshop Sketch, Comp CC e Preview CC;
- 3.2.2.3.Aplicativos de vídeo: Adobe Premiere Clip e Prelude Live Logger CC.

3.2.3. PRINCIPAIS SERVIÇOS:

- 3.2.3.1.Bibliotecas da Creative Cloud;
- 3.2.3.2.Creative Cloud Assets;
- 3.2.3.3.Creative Cloud Market.

3.2.4. OUTRAS FERRAMENTAS E SERVIÇOS:

- 3.2.4.1.Adobe PhoneGap Build;
- 3.2.4.2.Adobe Stock;
- 3.2.4.3.Adobe Typekit;
- 3.2.4.4.Aplicativos para comunidade: Behance e Adobe Portfolio;



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 9 de 32

3.2.4.5. Gaming SDK;

3.2.4.6. Adobe Extension Manager CC;

3.2.4.7. ExtendScript Toolkit CC.

3.2.5. RECURSOS EXCLUSIVOS PARA CREATIVE CLOUD PARA EQUIPES:

3.2.5.1. Ferramentas de administração centralizada;

3.2.5.2. Creative Cloud Packager;

3.2.5.3. Suporte técnico;

3.2.5.4. Webinário de boas-vindas;

3.2.5.5. Armazenamento;

3.2.5.6. Serviços de especialistas.

3.3. **DESCRIÇÃO DO ITEM 2 (ADOBE ACROBAT PRO DC):** Subscrição de 2 (duas) licenças governamentais do aplicativo *Adobe Acrobat Pro DC*, por 36 (trinta e seis) meses, contemplando todos os recursos disponíveis, serviços de implantação e manutenção, suporte técnico e atualização de versão.

3.4. DOS REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS PARA OS ITENS 1 E 2

3.4.1. DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA

3.4.1.1. A subscrição deve garantir a segurança dos arquivos armazenados em nuvem, cujo acesso deve ser restringido apenas aos usuários indicados e habilitados pelo CONTRATANTE.

3.4.1.2. A subscrição deve garantir que apenas os empregados internos da fabricante *Adobe Creative Cloud* tenham acesso aos arquivos armazenados em nuvem para execução de tarefas afetas aos serviços de armazenamento, sem, contudo, violar o sigilo das informações.

3.4.1.3. O acesso mencionado no subitem anterior não deve implicar corrompimento dos arquivos, garantindo-se procedimentos para recuperação deles em caso de eventual falha.

3.4.2. DOS DEMAIS REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

3.4.2.1. A subscrição deve garantir a criação, edição e exclusão de usuários até o limite das licenças contratadas, tantas vezes que se fizerem necessárias.

3.4.2.2. O gerenciamento de usuários será realizado por servidor indicado pelo CONTRATANTE.

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 10 de 32

3.4.2.3.A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela criação do usuário gestor das licenças, indicado pelo CONTRATANTE.

3.4.2.4.O sítio da *Adobe Creative Cloud*, que permite o acesso a todos os programas em sua versão *online*, deve estar em português.

3.4.2.5.Todos os programas integrantes da suíte *Adobe Creative Cloud (inclusive o Adobe Acrobat Pro DC do Item 2)*, devem dispor, preferencialmente, de telas e menus no idioma português ou, na sua impossibilidade, opção para o idioma inglês.

3.4.2.6.A subscrição, após o decurso do prazo de vigência do ajuste, não será prorrogada automaticamente.

3.4.2.7.A subscrição deve garantir a baixa (ou download) dos programas em quantidade de vezes ilimitadas durante a vigência do contrato.

3.4.2.8.A subscrição da suíte (Item 1) deve permitir a atualização de seus programas integrantes, durante a vigência do ajuste, bem como o armazenamento em nuvem, com tamanho mínimo de 2 Gb, e a sincronização de arquivos, sem restrições para os tipos de arquivos.

3.4.2.9.Além do armazenamento em nuvem, a suíte (Item 1) deve possibilitar a gravação de arquivos em disco rígido local, a critério do usuário, ou ainda utilizar a sincronização combinada com o armazenamento local.

3.4.2.10. A subscrição deve possibilitar a instalação dos programas em mais de um desktop do CONTRATANTE, limitando-se o uso simultâneo pelo número máximo de licenças contratadas.

3.4.2.11. A subscrição também deve oferecer a possibilidade de desativação de uma licença da *Creative Cloud* em um computador com o objetivo de liberar a opção de instalação em outro desktop do CONTRATANTE.

3.4.2.12. Em caso de cancelamento ou não renovação das licenças, a subscrição deverá permitir acesso a todos os arquivos armazenados em nuvem por 90(noventa) dias e, por prazo indeterminado, os armazenados em disco rígido.

3.4.2.13. Caso ocorra o excesso de armazenamento em nuvem, a subscrição deve permitir a realocação de arquivos em nuvem com o objetivo de liberar espaço em disco online para sincronizar arquivos.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 11 de 32

3.4.2.14. A subscrição deve oferecer recursos de compartilhamento de arquivos armazenados em nuvem.

3.4.2.15. A subscrição deve permitir que o usuário escolha não compartilhar dados da experiência de uso dos aplicativos instalados nos desktops do CONTRATANTE.

3.4.2.16. Todos os programas integrantes da *Adobe Creative Cloud* devem estar habilitados para trabalho *off-line*, ou seja, permitir a instalação diretamente em desktop do CONTRATANTE, exigindo-se o acesso à internet apenas no interregno de 30(trinta) dias para validação das licenças.

3.4.2.17. **NÃO SERÁ ACEITA** a versão da Licença Educacional, haja vista que essa versão é para instituições que possuem registro no Ministério da Educação (MEC), sendo inclusive necessária autorização prévia da Adobe para o fornecimento desse tipo de Licença para averiguação de informações e enquadramento como instituição educacional.

4. MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.1. DO MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.1. Para a prestação dos serviços de subscrição dos aplicativos objetos da presente contratação, deverão ser observadas as quantidades, as condições, as especificações técnicas e os requisitos funcionais estabelecidos no item 03 do presente Instrumento.

4.1.2. Os serviços de subscrição serão executados de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço global.

4.2. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.2.1. Sem prejuízo do Capítulo III da Lei 8.666/1993, o Edital de Licitação, seus Anexos e a proposta do(s) adjudicatário(s) serão partes integrantes do contrato a ser assinado.

4.2.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, e faculta ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

4.2.3. O prazo de que trata o subitem 4.2.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na forma do disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 8.666/1993.

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 12 de 32

4.2.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do presente Termo de Referência.

4.3. DO LOCAL E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO

4.3.1. Além da execução remota dos procedimentos necessários à prestação dos serviços, parte de sua operacionalização também poderá ocorrer nos edifícios do TCDF, nos locais indicados pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), quando necessário.

4.3.2. A disponibilização da subscrição dos softwares consistirá na criação do usuário gestor, prevista no subitem 3.4.2.3, dentro do prazo de até 15 (quinze) dias, após o recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA.

4.3.3. A CONTRATADA oferecerá todo o suporte e auxílio para que o usuário gestor possa criar os demais usuários correspondentes ao número de licenças contratadas com vistas a caracterizar o adimplemento do objeto.

4.4. DA JUSTIFICATIVA PARA NÃO FAVORECIMENTO A ME E EPP, CONFORME A LC Nº 123/2006

4.4.1. O tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte não é aplicado na contratação em tela (produtos Adobe), haja vista a revenda dos aplicativos fazerem parte de uma política da empresa fabricante.

4.4.2. Desde o dia 05/07/2017, apenas as revendedoras autorizadas pela Adobe que tenham a qualificação de **Especialização em Governo** podem fornecer produtos Adobe a qualquer órgão de governo e instituições de ensino públicas, segundo informações da própria empresa, disponível em <https://adobe.ly/2sHnlhb>

4.4.3. Para obter a certificação de **Especialização em Governo**, uma série de requisitos e características são exigidos das empresas revendedoras. Entre eles, exige-se que as revendedoras integrem o rol de vendas Gold ou Platinum da Adobe e que não sejam classificadas como ME e EPP, nos termos da legislação tributária brasileira.

4.4.4. Desta forma, é relevante destacar que, mesmo a estimativa de valor para a presente contratação ficando abaixo de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), a licitação não pode ser exclusiva para ME e EPP, uma vez que o fabricante Adobe não permite a participação de empresas com essa classificação, como representantes comerciais das chamadas "licenças governamentais" (vide peça nº 03 - e-DOC: 0F22AB34).



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 13 de 32

4.5. DA JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO EM LOTE ÚNICO

4.5.1. Os 2 (dois) itens que compõem o objeto da presente contratação foram agrupados em um único lote por tratar-se de solução única de tecnologia da informação, submetida um mesmo conjunto de regras de comercialização de mercado determinada pelo fabricante, o que permite considerável economia processual ao lidar com um único fornecedor especializado autorizado. Dessa forma, além de facilitar o gerenciamento da execução contratual, tendo em vista a vantagem de se formalizar um único Termo de Contrato, a formação do Lote único permite também à Administração obter economia de escala e a redução de custos aglomerados, uma vez que para o fornecedor a prestação desses serviços envolve processos de trabalho similares para ambos os Itens.

5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

5.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1.1. Para a execução do contrato, será adotado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidades. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação da conformidade do(s) serviço(s) oferecidos aos padrões de qualidade exigidos e a CONTRATADA como responsável pela prestação do(s) serviço(s) de acordo com as especificações constantes do item 3 (três) do presente Termo de Referência e no Anexo II (Estimativa de Preços).

5.1.2. A execução do objeto contratado pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

5.1.2.1.**FISCAL DO CONTRATO:** é o servidor, ou comissão de servidores, designados pelo CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento definitivo dos serviços; e

5.1.2.2.**PREPOSTO:** funcionário representante da empresa contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e por atuar como interlocutor principal junto ao CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao cumprimento contratual.



5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

5.2.1. Designar servidor ou comissão de servidores, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contratual, bem como para aprovar a execução do objeto.

5.2.2. Receber o objeto contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura, após o adimplemento da obrigação.

5.2.3. Efetuar o pagamento devido, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

5.2.4. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.

5.2.5. Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

5.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários pertinentes à execução contratual, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, por meio de seus empregados e representantes.

5.2.7. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados e representantes da CONTRATADA às dependências do TCDF para fins de execução contratual, desde que devidamente identificados e acompanhados, sempre que necessário, por representante do CONTRATANTE.

5.2.8. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente Instrumento, no Instrumento convocatório e demais anexos, exercendo a fiscalização contratual mediante a verificação da conformidade do objeto executado com as condições, quantidades e especificações estabelecidas.

5.2.9. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido.

5.2.10. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas no presente Instrumento.

5.2.11. Exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação.

5.2.12. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 15 de 32

cabíveis, por descumprimento das obrigações assumidas.

5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.3.1. Manter, durante o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e de qualificação, exigidas no procedimento de contratação, e sujeitar-se a outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que sejam compatíveis com o regime de Direito Público;

5.3.2. Executar, dentro do prazo estabelecido, os serviços contratados, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas e na quantidade indicada na Nota de Empenho;

5.3.3. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços especificados no presente Termo de Referência, utilizando-se de empregados treinados e devidamente habilitados para sua execução.

5.3.4. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transportes, embalagens, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do ajuste.

5.3.5. Indicar um profissional da CONTRATADA (nome, telefone e e-mail) para, sem prejuízo de suas atividades, atuar como preposto da CONTRATADA junto ao CONTRATANTE.

5.3.6. Fornecer ao CONTRATANTE todas as informações que este considere necessárias à fiel execução de suas obrigações contratuais, bem como àquelas essenciais ao desempenho e à confiabilidade do objeto contratado.

5.3.7. Acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do executor do contrato designado pelo TCDF

5.3.8. Comunicar, por escrito, imediatamente, ao Fiscal do Contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

5.3.9. Ressarcir o CONTRATANTE por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração, por sua culpa ou dolo, em decorrência da execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

5.3.10. Não utilizar o nome do TCDF, ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer

Termo de Referência nº 06 / 2019



atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.

5.3.11. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que, eventualmente, lhe sejam aplicadas, por meio de procedimentos administrativos, decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais.

5.3.12. Substituir e corrigir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Fiscalização do Contrato, os serviços recusados, quando da fase de recebimento.

5.3.13. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no valor de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.4. DA FISCALIZAÇÃO

5.4.1. As disposições que tratam DA FISCALIZAÇÃO constam da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do Anexo IV (Minuta do Contrato).

5.5. DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES

5.5.1. As disposições que tratam DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES constam da CLÁUSULA SÉTIMA do Anexo IV (Minuta do Contrato).

5.6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.6.1. As disposições que tratam DO RECEBIMENTO DO OBJETO constam da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA do Anexo IV (Minuta do Contrato).

5.7. DO PAGAMENTO

5.7.1. As disposições que tratam DO PAGAMENTO constam da CLÁUSULA QUINTA do Anexo IV (Minuta do Contrato).

5.8. DO REAJUSTE DE PREÇOS

5.8.1. As disposições que tratam DO REAJUSTE DE PREÇOS constam da CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA do Anexo IV (Minuta do Contrato).

5.9. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.9.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 17 de 32

5.10. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

5.10.1. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

5.10.2. O uso de mensagens eletrônicas (e-mail) também pode ser utilizado para agilizar a comunicação entre as Partes.

6. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

6.1. O valor total estimado para o objeto da presente contratação é de **R\$ 73.394,99 (setenta e três mil, trezentos e noventa e quatro reais e noventa e nove centavos)**, conforme detalhado na planilha do Anexo II (Planilha Estimativa de Preços):

6.1.1. Para o item 1, consta o valor total estimado de **R\$ 69.741,65 (sessenta e nove mil, setecentos e quarenta e um reais e sessenta e cinco centavos)**; e

6.1.2. Para o item 2, consta o valor total estimado de **R\$ 3.653,34 (três mil, seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos)**.

7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

7.2. A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária dos itens do objeto.

8. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

8.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Instrumento Contratual, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento, no Edital e das demais disposições legais.

8.2. O CONTRATANTE poderá, ainda, aplicar a sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei n.º 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.

8.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 18 de 32

poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa.

8.4. Outras disposições que tratam sobre SANÇÕES APLICÁVEIS na execução contratual constam da **CLÁUSULA DÉCIMA** do Anexo IV (Minuta do Contrato).

9. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR

9.1. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1.1. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO por lote** para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.

9.1.2. Os produtos a serem adquiridos se enquadram no conceito de serviço comum, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 5.450/2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser **licitado** por meio de **Pregão Eletrônico**.

9.1.3. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo **Prestador**.

9.2. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

9.2.1. Além dos requisitos de habilitação verificados por meio do SICAF, o licitante deverá apresentar a seguinte documentação de habilitação complementar:

9.2.1.1. **Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal**, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o inc. XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14, inc. V, do Decreto Federal nº 5.450/2005 c/c art. 7º do Decreto Distrital nº 25.966/2005. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF;

9.2.1.2. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**;

9.2.1.3. **Declaração** de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 19 de 32

9.2.1.4. **Registro comercial**, no caso de empresário individual;

9.2.1.5. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.1.6. **Certificação** da Adobe do Brasil de que o licitante é uma revenda especializada em governo, estando autorizada a fornecer produtos Adobe diretamente a qualquer órgão público.

9.2.2. A não apresentação da documentação constante dos subitens 9.2.1.1 e 9.2.1.2 não implicará inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de consulta dos documentos via Internet.

10. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1. As disposições constantes neste Instrumento foram elaboradas com base nos seguintes normativos:

10.1.1. Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002;

10.1.2. Decreto Federal nº 5.450/2005;

10.1.3. Lei Complementar nº 123/2006.

11. DOS ANEXOS

- 11.1. Anexo II – Planilha Estimativa de Preços;
- 11.2. Anexo III – Modelo da Proposta de Preços;
- 11.3. Anexo IV – Minuta do Contrato.

12. DOS RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1. São responsáveis pelo Termo de Referência o Secretário da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e o Supervisor da Supervisão de Planejamento da Contratação (SPC).



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 20 de 32

ANEXO II – PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS

LOTE	ITEM	QTD	UND	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	1	5	serviço	Subscrição de licenças governamentais da suíte de aplicativos da plataforma Adobe Creative Cloud, completa, por 36 (trinta e seis) meses, contemplando todos os recursos disponíveis, serviços de implantação e manutenção, suporte técnico e atualização de versão.	13.948,33	69.741,65
	2	2	serviço	Subscrição de licenças governamentais do aplicativo Adobe Acrobat Pro DC, por 36 (trinta e seis) meses, contemplando todos os recursos disponíveis, serviços de implantação e manutenção, suporte técnico e atualização de versão.	1.826,67	3.653,34
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)						73.394,99



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 21 de 32

ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

[NOME DO LICITANTE], CNPJ, endereço, representante, vem apresentar proposta de preço para contratação de subscrição de licenças governamentais de programas *Adobe Creative Cloud*, por 36 (trinta e seis) meses, para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, conforme abaixo:

LOTE	ITEM	QTD	UND	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	5	serviço	Subscrição de licenças governamentais da suíte de aplicativos da plataforma <i>Adobe Creative Cloud</i> , completa, por 36 (trinta e seis) meses , contemplando todos os recursos disponíveis, serviços de implantação e manutenção, suporte técnico e atualização de versão.		(*)
	2	2	serviço	Subscrição de licenças governamentais do aplicativo <i>Adobe Acrobat Pro DC</i> , por 36 (trinta e seis) meses , contemplando todos os recursos disponíveis, serviços de implantação e manutenção, suporte técnico e atualização de versão.		(*)
VALOR TOTAL (R\$)						

(*) Valor a ser lançado no Compras Governamentais

Prazo de validade da proposta: mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital.

DECLARAÇÃO: A (NOME DO LICITANTE) declara que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone/fax:
Banco/agência/conta:
E-mail:

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 22 de 32

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO Nº _____ QUE ENTRE SI CELEBRAM
O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
E A EMPRESA _____ PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUBSCRIÇÕES DE
SOFTWARES DA PLATAFORMA ADOBE
CREATIVE CLOUD E ADOBE ACROBAT PRO DC
– LICENÇA GOVERNAMENTAL (PROCESSO Nº
6300/2019-e).**

Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL, por intermédio do TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, com sede nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, neste ato representado na forma do seu Regimento Interno, _____, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, com sede no _____, CNPJ/MF nº _____, inscrita no nº _____, representada por seu Sr. _____, CI nº _____, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes, bem como outras normas vigentes relacionadas com o seu objeto e de acordo as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresas para prestação de serviço de solução integrada contemplando a subscrição de softwares da plataforma ADOBE CREATIVE CLOUD – Licença Governamental e **ADOBE ACROBAT PRO DC – Licença Governamental**, para o Tribunal de Contas do Distrito Federal-TCDF, de acordo com as especificações e condições previstas no Edital da Pregão Eletrônico nº ____/2019 e em seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 Os serviços serão executados na forma indireta sob o regime de empreitada por preço global.

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 23 de 32

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$____(____), pagos em parcela única.

3.1.1. Para o item 1, o valor total de R\$ ____ (____), sendo o valor unitário de R\$ ____ (____), para o quantitativo de 5(cinco) subscrições;

3.1.2. Para o item 2, o valor total de R\$ ____ (____), sendo o valor unitário de R\$ ____ (____), para o quantitativo de 2(duas) subscrições.

3.2 A despesa correrá à conta da dotação orçamentária do CONTRATANTE.

3.3 Todas as despesas com os tributos, taxas, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto da licitação, inclusive envio de materiais em demonstração e eventual devolução dos que não forem de interesse do TCDF, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES

4.1. O início da prestação dos serviços ocorrerá quando da disponibilização das subscrições contratadas por meio da criação do usuário gestor, na forma prevista no Anexo I (Termo de Referência), dentro do prazo de até 15 (quinze) dias, após o recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA.

4.2. Nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, os prazos de execução do objeto poderão ser prorrogados pelo CONTRATANTE, devendo ser mantidas as demais exigências do ajuste e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal, que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

5.2. Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 24 de 32

07/05, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

5.3. Nos termos do art. 3º, §4º da Portaria nº 403/09 da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), com redação dada pela Portaria SEF/DF nº 259/13, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 3 aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

5.4. Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

5.5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

5.6. Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no *caput* desta Cláusula, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

5.7. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retidos na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.8. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA caso o(s) fornecimento(s)/serviço(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esse(s) ser(em) substituído(s) ou corrigido(s) pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

5.9. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/14, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 25 de 32

contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

CLÁUSULA SEXTA – DA DESPESA

6.1 A despesa será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do CONTRATANTE, enquadrando-se segundo a natureza em: _____, tendo a seguinte classificação funcional e programática: _____ e fonte de recursos: _____.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência do contrato será de 2 (dois) meses, contados de sua assinatura, sendo seu extrato publicado no DODF, às expensas do CONTRATANTE.

7.2 O objeto da presente contratação está previsto no Plano Plurianual do Distrito Federal (Lei Distrital nº ____/201_), encontrando-se no Programa de Trabalho nº “_____ – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TI - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL”.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 Além de outras hipóteses expressamente previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, constituem motivos para a rescisão do Contrato:

8.1.1. não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, principalmente quanto às especificações do objeto contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2019 e seus anexos;

8.1.2. o atraso injustificado para o início do fornecimento dos produtos e/ou prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

8.1.3. o não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

8.1.4. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE, especialmente designado para acompanhar o Contrato;

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 26 de 32

- 8.1.5. a decretação de falência;
- 8.1.6. a dissolução da sociedade;
- 8.1.7. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução do objeto deste **Instrumento Contratual**, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/1993;
- 8.1.8. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade do Tribunal de Contas do Distrito Federal e exaradas no processo administrativo a que se refere este **Instrumento Contratual**, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/1993;
- 8.1.9. subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do contrato; e
- 8.1.10. uso ou emprego da mão de obra infantil, sem prejuízo da aplicação de multa e das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE RESCISÃO

9.1 Nos casos de rescisão previstos neste contrato, a Administração adotará as seguintes providências:

I - execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e

II - retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993 em decorrência do fornecimento dos bens.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

10.1 Aquele que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, falhar ou fraudar na execução do instrumento de ajuste, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

10.2 O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, calculada de acordo com as fórmulas e os percentuais a seguir, a depender do tempo total de
Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 27 de 32

atraso, garantida prévia defesa, sendo observadas eventuais prorrogações de prazo autorizadas a critério do CONTRATANTE.

10.3 Cálculo da multa de mora:

10.3.1. $M_1 = 4\% \cdot (a/b) \cdot V_E$, quando o tempo de atraso "a" for inferior ou igual ao prazo contratual inicialmente estabelecido para cumprimento da obrigação ($a \leq b$); ou

10.3.2. $M_2 = 4\% \cdot V_E + 6\% \cdot [(a-b)/b] \cdot V_E$, quando o tempo de atraso "a" for superior ao prazo contratual inicialmente estabelecido para cumprimento da obrigação, ($a > b$), em que:

M₁: é o valor da multa de mora, quando o tempo total de atraso "a" for inferior ou igual ao prazo contratual estabelecido para cumprimento da obrigação, ($a \leq b$);

M₂: é o valor da multa de mora, quando o tempo total de atraso "a" for superior ao prazo contratual estabelecido para cumprimento da obrigação, ($a > b$);

a: é o tempo total de atraso na execução do objeto, dado na mesma unidade de medida do prazo contratual estabelecido;

b: é o prazo contratual estabelecido para o cumprimento da obrigação; e

V_E: é o valor da parte do objeto que foi demandada para execução.

10.4 O valor da multa de mora limitar-se-á a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

10.5 A multa de mora apurada na forma do item 10.3.1 somente será aplicada quando o seu valor for maior ou igual a R\$100 (cem reais).

10.6 Para dar efetividade à aplicação da multa de mora prevista no item 10.3.2, fica estabelecido que será cobrado o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para a multa de mora, quando o seu montante apurado for inferior ou igual a este valor.

10.7 Pela inexecução parcial ou total do ajuste, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA multa de 12% (doze por cento) ou de 15% (quinze por cento), respectivamente, sobre o valor total do contrato.

10.8 O CONTRATANTE poderá, ainda, aplicar à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa prevista no item 10.7, as sanções de advertência, prevista no inciso I, do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente, bem como a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal.

10.9 Para dar efetividade à aplicação das multas previstas no item 10.7, fica estabelecido que será cobrado o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para cada multa, quando o seu montante apurado for inferior ou igual a este valor.

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 28 de 32

10.10 A multa de inexecução total do contrato incidirá ainda nos casos em que a CONTRATADA, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, solicitar a rescisão contratual.

10.11 As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE, da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, em especial:

11.1.1 Receber o objeto contratado nos termos da Cláusula Décima Quarta deste contrato;

11.1.2 Efetuar o pagamento do objeto deste contrato, nos termos da Cláusula Quinta mediante Nota Fiscal devidamente atestada;

11.1.13 Cumprir as obrigações estabelecidas no Anexo I do Pregão Eletrônico nº __/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Constituem obrigações da CONTRATADA, em especial:

12.1.1. fornecer os bens e serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração;

12.1.2. cumprir as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônica nº __/2019 e seus anexos;

12.1.3. cumprir orientação do fiscal/executor do contrato;

12.1.4. ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993, em decorrência do fornecimento dos bens.

12.2 A CONTRATADA fica compelida a manter, durante toda a execução do ajuste/contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 29 de 32

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização e o controle da execução dos serviços serão exercidos por comissão ou servidor do TCDF, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE, devendo o mesmo franquear à CONTRATADA livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos registros e informações sobre o Contrato, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF nº 3, de 22.12.1997.

13.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

13.3 Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização da CONTRATANTE:

13.3.1 determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas;
e

13.3.2 sustar quaisquer serviços que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado neste instrumento, ou ainda que possa atentar contra o sigilo de informações, a segurança de pessoas ou bens do CONTRATANTE.

13.4 O serviço rejeitado, seja devido ao uso de materiais ou peças inadequadas, seja por ter sido considerado mal executado, deverá ser refeito corretamente, com o tipo de execução e o uso de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a CONTRATADA com os ônus decorrentes do fato.

13.5 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente deste Tribunal em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 Os serviços serão recebidos da seguinte forma:

14.1.1 **PROVISORIAMENTE**, pelo servidor ou comissão responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até cinco dias úteis da comunicação escrita da CONTRATADA, mediante relatório de execução dos serviços referente à obrigação contratual

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 30 de 32

cumprida, que deverá corresponder ao mês comercial ou sua fração, no caso de a execução ocorrer durante apenas parte do período do mês comercial;

14.1.2 **DEFINITIVAMENTE**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de até noventa dias do término da execução contratual, que comprove a adequação da execução do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/1993.

14.2. Em caso de conformidade, o servidor ou comissão autorizará o pagamento, emitindo o aceite definitivo do objeto, por meio de termo circunstanciado também assinado pelo representante da CONTRATADA, em 2 (duas) vias, o qual ficará com uma destas.

14.3. Qualquer desconformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou comissão, acarretará o seu não recebimento definitivo. O servidor ou a comissão discriminará em termo circunstanciado, em 02 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas no Termo de Referência e no instrumento convocatório.

14.4. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

14.5 O recebimento provisório ou mensal não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

15.1. O valor contratado poderá ser reajustado anualmente, pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, ocorrida no período compreendido entre a data da entrega da proposta e a data de aniversário de apresentação da proposta, e será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 31 de 32

$$R = V \cdot \left(\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right)$$

onde:

R = valor do reajustamento;

V = valor do contrato (excetuada a parcela relativa à mão-de-obra);

I_1 = nº índice do IPCA relativo a data em que o contrato completar aniversário da apresentação da proposta;

I_0 = nº índice do IPCA relativo a data de entrega da proposta;

15.2. Para cálculo de I_1 , será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_1 = I_A + d_1 \cdot \left(\frac{I_B - I_A}{D_1} \right)$$

onde:

I_1 = nº índice do IPCA relativo a data em que o contrato completar aniversário da apresentação da proposta;

I_A = nº índice do IPCA do mês anterior ao reajuste;

I_B = nº índice do IPCA do mês em que ocorrer o reajuste;

d_1 = nº de dias decorridos entre o início do mês do reajustamento e a data de aniversário da apresentação da proposta;

D_1 = nº de dias corridos do mês do reajustamento.

15.3. Para cálculo do I_0 , será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_1 = I_A + d_1 \cdot \left(\frac{I_B - I_A}{D_1} \right)$$

onde:

I_0 = nº índice do IPCA relativo a data de entrega da proposta;

I_C = nº índice do IPCA do mês anterior ao da entrega da proposta;

I_D = nº índice do IPCA do mês da entrega da proposta;

d_0 = nº de dias decorridos entre o início do mês da entrega da proposta e a data de sua entrega;

Termo de Referência nº 06 / 2019



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Página 32 de 32

D0 = nº de dias corridos do mês da entrega da proposta.

15.4. Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês do reajustamento, o reajuste será calculado de acordo com o último nº índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção dos cálculos e o respectivo faturamento complementar. Caberá à CONTRATADA efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto com a correspondente Nota Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 8.666/93, e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO

17.1 O teor do Edital, na modalidade de Pregão **Eletrônico** nº __/2019, seus anexos e a proposta da CONTRATADA são partes integrantes deste **Instrumento Contratual**.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DO FORO

18.2 Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal, para dirimir eventuais dúvidas relativas ao cumprimento deste pacto.

18.3 Por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente **Instrumento Contratual**, do qual se extraíram 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2019.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Termo de Referência nº 06 / 2019